

## A memória no processo de (re)construção histórica e identitária dos povos indígenas emergentes

### The memory in the process of (re)construction historical an identity of emergents indigenous peoples

Antonio Alves Pereira<sup>1\*</sup>, Franc-Lane Sousa Carvalho do Nascimento<sup>2</sup>, Aurelice Maria de Oliveira Paula<sup>3</sup>, Jânio Oliveira Lima<sup>3</sup>, Leysiane Gomes de Oliveira Silva<sup>4</sup>

---

#### RESUMO

Neste trabalho analisar-se-á o papel da memória frente ao processo de (re)construção histórica e identitária de povos indígenas emergentes. Delimitou-se como objetivo geral: compreender a relação entre memória e identidade, reconhecendo a relevância desses elementos no processo de autoafirmação de comunidades indígenas, enfatizando a importância da história oral na construção desse processo. A realização desse estudo norteou-se por meio de uma pesquisa bibliográfica de caráter descritivo, de concepção qualitativa, baseada em obras e estudos sobre a temática. Fundamentou-se em autores como: Candau (2012), Souza (2014), Sarmento (2018), entre outros. O estudo possibilitou a compreensão de que é com base na história e nas memórias advindas de narrativas que esses povos vêm se organizando socialmente e que a partilha das memórias os leva a um processo de fortalecimento do resgate histórico e identitário, fator indispensável no processo de autoafirmação dos mesmos, já que se trata de um movimento que parte de busca das próprias origens até se chegar a um processo de ressignificação da própria existência.

**Palavras-chave:** Memória; (Re)construção histórica e identitária; Povos indígenas emergentes.

---

#### ABSTRACT

In this work is going to be analyzing the memory's role in the process of historical (re)construction and identity of emerging indigenous peoples. It was delimited as a general objective: understanding the relationship between memory and identity, recognizing the relevance of these elements in the indigenous communities' process self-affirmation, emphasizing the importance of the oral history in the construction of this process. This study was guided by means of a bibliographic research of nature descriptive, of qualitative conception, based on works and scholarship about the theme. It was based on authors such as: Candau (2012), Souza (2014), Sarmento (2018), among others. The study made it possible the comprehension that is based on history and memories coming from narratives witch these peoples have been organizing themselves socially and that the sharing of the memories take them to a process of strengthening of historical and identity rescue, indispensable factor in the process of self-affirmation of them, since it is a movement that starts from the search for one's own origins until coming to a process of re-signification of one's own existence.

**Keywords:** Memory; (Re) construction historical an identity; Emergents indigenous peoples.

---

<sup>1</sup> Secretaria Municipal de Educação de Pedro II - PI  
E-mail: antonioalves1987@gmail.com

<sup>2</sup> Universidade Estadual do Maranhão

<sup>3</sup> Secretaria Municipal de Educação Ciências e Tecnologia – Caxias - MA

<sup>4</sup> Secretaria Municipal de Educação - São Luís - MA

## INTRODUÇÃO

O contexto que permeia os povos indígenas emergentes ou em processo de autoafirmação envolve um longo período de silenciamento histórico e cultural que demanda a necessidade de um resgate histórico e identitário. Dessa forma, a memória surge como o principal elemento norteador para a efetivação desse processo.

Neste sentido, a memória tem uma pretensão de realidade e as vezes é tomada como a própria noção de verdade, mas a dimensão da confiabilidade da memória deve ser questionada e analisada, já que a capacidade de rememorar apresenta dificuldades intrínsecas, como o esquecimento. Nessa perspectiva, este trabalho visa responder o seguinte problema de pesquisa: qual o papel da memória frente ao processo de (re)construção histórica e identitária de povos indígenas emergentes?

Para isso, analisar-se-á essa questão a partir da delimitação do seguinte objetivo geral: compreender a relação entre memória e identidade, reconhecendo a relevância desses dois elementos no processo de autoafirmação de comunidades indígenas, enfatizando a importância da história oral na constituição desse processo.

Entende-se que a construção da terminologia identidade surge e se firma a partir de uma inquietação, da busca e do contato com povos de culturas distintas. Desta forma, serão reforçadas as caracterizações que constituem o conjunto de um determinado povo, assim, incluem sua cultura, língua, signos, crença, costumes e rituais, que mesmo sofrendo mudanças não perderão seu significado e sua historicidade, marcado pela sobrevivência cultural deste povo.

Assim, parte-se do entendimento de que segundo Candau (2008) é necessário que haja uma ênfase nos processos de construção das identidades culturais através das memórias, visto que devem ser contadas e narradas nos contextos educacionais. Isso reforça a percepção da dinamicidade das culturas e identidades e a busca do diálogo entre diferentes saberes e fazeres, pensando na interação com o “outro” e entendendo que este processo não ocorre apenas em situações pontuais, mas em dinâmicas sistemáticas, que busquem uma produção conjunta do conhecimento através dos processos educativos. Portanto, é necessário o “empoderamento” dos diferentes sujeitos sociais, para que sejam reconhecidos seus papéis ativos na constituição e interação na sociedade civil.

A identidade pode ser entendida como um processo mental dinâmico através do qual se organiza e compreende o mundo. Desta forma, a identidade tem a cultura como fundamento. A identidade cultural ou etnicidade é uma forma de organização política e econômica, construída a partir de um imaginário social que é sempre reelaborado. De acordo com Cunha (1986), um grupo étnico é um coletivo que se mantém em estreita união e traz a noção de “espírito de corpo”, traduzido nas festas, celebrações, cerimônias, etc., mantendo a sua identidade através de manifestações culturais.

Nesta perspectiva, a identidade está sempre associada às lutas políticas, sendo uma forma de resistência, como forma de relação social e baseia-se em relações de poder. Assim, produz e reproduz a alteridade, sendo uma construção em processo de ressignificação e reconstrução. A identidade étnica é percebida através da autoidentificação e da identificação pela sociedade e é construída a partir de componentes culturais extraídos da tradição, mas que podem adquirir novos significados, podendo ocorrer novas ressignificações.

A realização desse estudo norteou-se por meio de uma pesquisa bibliográfica de caráter descritivo, de concepção qualitativa, baseada em obras e em estudos sobre a temática, sob a ótica de autores como: Candau (2012), Souza (2014), Sarmiento (2018), entre outros.

Diante do que foi observado nos estudos, nota-se que os povos indígenas emergentes ou em processo de autoafirmação revisitam o passado buscando compreendê-lo por meio da rememoração, a qual muitas vezes está pautada no eco de muitas vozes, o que os direciona para um processo de ressignificação deste passado, levando-os a uma (re)construção identitária carregada de historicidade.

## **A MEMÓRIA E A (RE)CONSTRUÇÃO HISTÓRICA E IDENTITÁRIA DOS POVOS INDÍGENAS EMERGENTES**

Ao pensar as possibilidades de resgate histórico e identitário de povos indígenas emergentes, aponta-se para o rompimento de um longo período de silenciamento histórico e cultural vivido pelos mesmos, o que leva as comunidades à necessidade de conhecer mais sobre sua origem e cultura. Tal conhecimento faz emergir nessas coletividades o reconhecimento como sujeitos históricos, levando-os a se organizarem em um processo de autoafirmação, tendo este um embasamento legal, que inclusive está

presente na Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1998) abordando a questão da pluriétnicidade, fazendo com que o estado brasileiro garanta os direitos culturais dos diferentes povos, bem como a proteção às manifestações culturais dos indígenas, afro-descendentes, entre outros.

A Constituição Federal (BRASIL, 1988), em sua Seção II – Da Cultura, Art. 215, aborda a perspectiva dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais, a saber em sua íntegra:

O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais. (EC no 48/2005) § 1o O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro- -brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional. § 2o A lei disporá sobre a fixação de datas comemorativas de alta significação para os diferentes segmentos étnicos nacionais. § 3o A lei estabelecerá o Plano Nacional de Cultura, de duração plurianual, visando ao desenvolvimento cultural do País e à integração das ações do poder público que conduzem à: I–defesa e valorização do patrimônio cultural brasileiro; II–produção, promoção e difusão de bens culturais; III–formação de pessoal qualificado para a gestão da cultura em suas múltiplas dimensões; IV–democratização do acesso aos bens de cultura; V–valorização da diversidade étnica e regional. (BRASIL, 1988, p. 127)

Conforme exposto na Carta Magna brasileira sobre os direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, assegura-se ainda a viabilidade, apoio e incentivo a valorização e a difusão das manifestações culturais dos povos indígenas. Em vista ainda dos dispositivos presentes na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), posteriormente promulgados pelos Decreto nº 10.088 de 05 de novembro de 2019 (BRASIL, 2019), expressam o reconhecimento do direito de ser e de permanecer indígenas, por aqueles que assim desejarem e se autodeclararem. Assim, entende-se que a autodeclaração de uma comunidade indígena é algo constituído legalmente, sendo também um fator fundamental para a (re)construção da identidade e história desses povos.

No processo de emergência étnica, também compreendido como etnogênese, esses povos baseiam-se principalmente em relatos orais de seus antepassados que têm uma profunda relação com um *continuum* memorístico que perpassou diversas gerações. Na concepção de Bartolomé (2006, p. 51) é possível qualificar a etnogênese como “[...]”

processos atuais de recuperação demográfica de grupos étnicos que estavam, ou eram considerados, em vias de extinção devido ao escasso número de sobreviventes”.

Entende-se que a luta e resistência dos povos indígenas desde o início do contato com outra cultura tem sido frequente. Esta luta em manter viva a identidade cultural é persistente, revivida no cotidiano durante muitos anos, resistindo aos olhares estereotipados de outras culturas que consideram os indígenas como somente “índio”, quando se reserva unicamente ao contexto de aldeia, e neste momento se sente impactado e constrangido pela globalização que adentra em seus costumes, modos, saberes e fazeres.

Nesta perspectiva, o lugar de fala e vivência dos indígenas estará intimamente relacionado à construção da sua identidade como parte do seu processo de pertencimento, e retirá-lo do seu contexto seria apagar parte de sua memória e história de vida. Para tanto, é necessário entender que a cultura e os saberes indígenas não podem ser considerados uma linguagem inferior ou ilegítima para explicar e ordenar o mundo, mas sim para desenvolver essas comunidades.

Nesse sentido, é possível reportar-se à memória como algo que não se encerra no indivíduo, adquirindo assim um cunho social, cabendo aqui o conceito de memória coletiva sob a ótica de Candau (2012, *apud* Souza, 2014), tratando-se de “[...] um enunciado que membros de um grupo vão produzir a respeito de uma memória supostamente comum a todos os membros desse grupo”.

Entende-se que neste seguimento, Candau (2012) aperfeiçoa o conceito de memória coletiva ao entender a possibilidade de confusão entre memórias individuais e coletivas, angústia que pode possibilitar surgir para alguns pesquisadores. Assim, soluciona o problema propondo que as duas primeiras memórias, a protomemória e a memória propriamente dita, constituem faculdades individuais, logo, não podem ser compartilhadas. Desta forma, só a terceira memória, a metamemória, aquela que se refere à memória coletiva, pode ser compartilhada, pois é um conjunto de representações da memória. A representação de memória é entendida como um enunciado que membros de um grupo vão produzir a respeito de uma memória supostamente comum aos membros do grupo.

Portanto, entende-se que Candau (2012) defende a existência de diferentes facetas da memória e propõe uma classificação: a) protomemória; b) memória de alto nível; e c) metamemória. A protomemória seria a “experiência incorporada”, “sem

tomada de consciência”, o passado que “age pelo corpo”, sem que seja preciso pensá-lo e verbalizá-lo. Uma memória que tem a ver com saberes e experiências compartilhadas, repetição, condicionamentos, hábitos, aprendizagens da infância, memórias gestuais. Sobre a memória de alto nível, o autor afirma: “[...] é essencialmente uma memória de recordação ou reconhecimento: evocação deliberada ou invocação involuntária de lembranças autobiográficas ou pertencentes a uma memória enciclopédica (saberes, crenças, sensações, sentimentos etc.)” (CANDAUI, 2012, p. 23).

De acordo com o autor supracitado a memória também favorece no processo do esquecimento. Enquanto protomemória e memória de alto nível estariam diretamente ligadas a uma capacidade de memorização, no campo da metamemória é que estaríamos lidando com representações do passado:

A metamemória, que é, por um lado, a representação que cada indivíduo faz da sua própria memória, o conhecimento que tem dela e, de outro, o que diz dela, dimensões que remetem ao “modo de afiliação de um indivíduo ao seu passado” e igualmente, como observa Michael Lamek e Paul Antze, a construção explícita da identidade. A metamemória é, portanto, uma memória reivindicada, ostensiva (CANDAUI, 2012, p. 23).

Seguindo a concepção do autor, não há busca identitária sem memória e, inversamente, a busca memorial é acompanhada de um sentimento de identidade. Nesta perspectiva, torna-se fácil entender a passionalidade nas disputas de memórias. Memórias coletivas muito distintas das minhas podem afetar e corroer meu sentimento de identidade. Deste modo, como meu sentimento de pertencimento a um grupo na minha percepção da realidade e no melhor entendimento do passado que escolho ressaltar ou obscurecer.

Na busca pela autoafirmação enquanto povos indígenas que reivindicam sua identidade como tal, a memória assume o papel de reapropriação do passado, possibilitando a (re)construção histórica e identitária, a qual é enriquecida por achados históricos, a exemplo de lugares de memória, ferramentas de pedra e outros artefatos.

Disso decorre a necessidade de conservar o passado sob a forma de vestígios, relíquias, testemunhos, discursos, isto é, pistas que permitirão a evocação e reconstrução futuras. São, pois, os propulsores do processo memorial, são eles que despertam a memória e fazem emergir as mais intensas imagens do passado. (SOUZA, 2014, p. 107).

Para compreender o processo histórico que os circunda, a memória dos povos indígenas ganha uma relevância indispensável no processo de autoafirmação, sendo que várias memórias individuais se somam e se complementam, de modo a surgir diversas interseções que passam a compor uma memória coletiva. Nesse sentido, tem-se um fortalecimento de muitas vozes, cabendo uma alusão à memória histórico-social, que está ligada as “[...] lembranças compartilhadas do passado, ou seja, representações da história comum de um mesmo grupo social” (SARMENTO, 2018, p. 20).

Mesmo estando presente no campo discursivo, a memória de um povo trata-se de uma importante fonte histórica, merecendo uma escuta atenta por parte do pesquisador que por ventura esteja imerso neste universo. Isso se reafirma com maior intensidade no caso de grupos que historicamente foram forçados a abster-se de seus modos de ser e fazer, o que pode ter incorrido em uma manipulação memorística imposta pela cultura julgada como dominante.

Nesse sentido, a partilha da memória dos povos indígenas emergentes, os leva a um processo de fortalecimento do resgate histórico e identitário, elemento indispensável no processo de autoafirmação dessas comunidades, já que se trata de um movimento que parte de busca das próprias origens até se chegar a um processo de ressignificação da própria existência. Frente a isto, torna-se perceptível a estreita relação entre memória e identidade, fazendo-se necessário recorrer a ideia de que “[...] não pode haver identidade sem memória” (CANDAUI, 2010, p. 46). Portanto, entendemos que não pode haver memória sem a constituição de identidade. Entendendo que,

[...] identidade está inscrito em um processo memorial que envolve reconstituição de um passado, reatualizações e esquecimentos de algumas imagens pretéritas. É preciso trazer a identidade para o discurso e é a memória que o faz na medida em que permite que o sujeito narre a si mesmo. (SOUZA, 2014, p. 98).

Dessa forma, compreende-se a impossibilidade de tratar memória e identidade de modo separado, uma vez que “[...] a memória é um dos pilares em que se funda a identidade e que, por isso, todo ato memorial apresenta intenções identitárias” (SOUZA, 2014, p. 109). Nessa estreita relação, ressalta-se a identidade como um elemento em constante construção, sendo que neste processo a memória assume um papel central, no qual está ancorado o ato de rememorar, sendo este “[...] muito mais do que trazer o passado para o presente, trata-se de um instrumento para reavaliações, revisões,

autoanálise, autoconhecimento e é por este caminho que a memória alcança a identidade, sendo fator chave em sua (re)construção” (SOUZA, 2014, p. 109). Assim, a identidade relaciona-se “[...] com a questão da utilização dos recursos da história, da linguagem e da cultura para a produção não daquilo que somos, mas daquilo que nos tornamos” (HALL, 2008. p. 109).

No contexto aqui elencado, compreende-se que os povos indígenas emergentes ou em processo de autoafirmação revisitam o passado buscando compreendê-lo por meio da rememoração, a qual muitas vezes está pautada no eco de muitas vozes, o que acaba os direcionando para um processo de ressignificação deste passado, levando-os a uma (re)construção identitária carregada de historicidade.

Destaca-se então, a importância da história contada de forma oral nesse processo de resgate histórico e identitário dos povos aqui tratados nesse estudo, pois a história oral preenche lacunas, traduz vivências passadas, complementa outras fontes, fazendo possível uma associação entre elas, o que pode dar significado a diversas análises, ideias e conclusões. Faz-se necessário ressaltar que por meio de memórias narradas ao longo do tempo pelos indígenas é possível compreender o seu valor e sua relação de verossimilhança para com a história encontrada em fontes escritas.

Nesse processo de autoafirmação como povos indígenas, os mesmos necessitam somar forças com pesquisadores, os quais muitas vezes proporcionam a partilha de conhecimentos sistematizados advindos de seus estudos, assim como necessitam do apoio de entidades, sendo estas fundamentais para a efetivação desse resgate histórico e identitário, porém é principalmente com base na história e nas memórias provenientes de narrativas que esses povos vêm se organizando socialmente enquanto comunidade indígena. Entende-se que a identidade cultural está ligada à terra e à cultura. Para os povos indígenas a terra é sua base de existência e respeitá-la é premissa de sobrevivência, logo, cabe ao Estado garantir através de dispositivos legais dos direitos, incentivando a permanência em suas terras, para permitir que os mesmos se expressem e aprendam fazendo uso de seus costumes e línguas em seus contextos sociais.

## **PRESSUPOSTOS TEÓRICO-METODOLÓGICO DA PESQUISA**

A realização desse estudo norteou-se por meio de uma pesquisa bibliográfica e documental de caráter exploratório-descritiva de concepção qualitativa, baseada em

livros, periódicos e estudos recentes sobre a temática. A partir do exemplo de uma pesquisa exploratório-descritiva, apresentar-se-á o percurso construído com utilização da pesquisa bibliográfica como procedimento metodológico. Esta, enquanto estudo teórico elaborado a partir da reflexão pessoal e da análise de documentos escritos, originais primários denominados fontes, segue uma sequência ordenada de procedimentos (SALVADOR, 1986).

A pesquisa bibliográfica implica em um conjunto ordenado de procedimentos de busca por soluções, atento ao objeto de estudo, sendo oportuno possuir a delimitação dos critérios e dos procedimentos metodológicos que permitem definir um estudo como sendo bibliográfico.

Entende-se pesquisa como um processo no qual o pesquisador tem uma atitude e uma prática teórica de constante busca que define um processo intrinsecamente inacabado e permanente, Pois realiza uma atividade de aproximações sucessivas da realidade, sendo que esta apresenta “[...] uma carga histórica” e reflete posições frente à realidade (MINAYO, 1994, p.23).

Desse modo, ao considerar a pesquisa qualitativa, o objeto de estudo apresenta especificidades, visto que o mesmo é histórico, possui consciência histórica, apresenta uma identidade com o sujeito; e ainda é intrínseca. Com base em Minayo (1994, p. 21) quando o objeto de estudo é essencialmente qualitativo, é extrinsecamente ideológico, porque “[...] veicula interesses e visões de mundo historicamente construídas e se submete e resiste aos limites dados pelos esquemas de dominação vigentes”

A pesquisa bibliográfica tem sido muito utilizada nos trabalhos de caráter exploratório-descritivo, reafirma-se a importância de definir e de expor com clareza o método e os procedimentos metodológicos que envolverão a sua execução, detalhando as fontes, de modo a apresentar todo o processo de investigação e de análise da proposta. A pesquisa bibliográfica segue procedimentos a ser cumprido. De acordo com Salvador (1986), quatro fases de um processo contínuo, a citar: a) Elaboração do projeto de pesquisa; Investigação das soluções; Análise explicativa das soluções; e a Síntese integradora. É o momento de conexão com o material de estudo, para leitura, anotações, indagações e explorações, cuja finalidade consiste na reflexão e na proposição de soluções.

A pesquisa que deu subsídio a este artigo tem o método dialético como dimensão orientadora de todo o processo de investigação e de análise realizado. Escolheu-se o

método dialético por levar o pesquisador a trabalhar sempre considerando a contradição e o conflito; o ‘devir’; o movimento histórico; a totalidade e a unidade dos contrários; além de apreender, as dimensões filosófica, concreta e política que envolvem o objeto de estudo, uma vez que, no método dialético, o pesquisador é orientado a afirmar com clareza a partir de qual concepção está situada a investigação e a análise empregada sobre o seu objeto (IANNI, 1988).

Portanto, a pesquisa documental é um procedimento metodológico decisivo em ciências humanas e sociais porque a maior parte das fontes escritas, ou não, são quase sempre a base do trabalho de investigação. Esta pesquisa aborda a cerca do papel da memória na constituição do processo de (re)construção histórica e identitária dos povos indígenas. Os dados foram organizados através de quatro categorias com a finalidade de facilitar a busca por regularidades, por eventuais lacunas, pela interpretação de direcionamentos das pesquisas e, principalmente, pela preocupação em compreender a realidade estudada.

#### **ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS:** a memória no processo de (re)construção histórica e identitária dos povos indígenas emergentes

A busca pela compreensão a cerca do papel da memória frente ao processo de (re)construção da história e identidade dos povos indígenas que vêm erguendo suas vozes após séculos de formas de silenciamento brutalmente impostas, o processo de análise e discussão dos dados demandou a classificação de quatro categorias, a saber: memória, (re)construção histórica, identidade e povos indígenas emergentes. Estas categorias estão diretamente relacionadas, perfazendo movimentos recursivos onde as mesmas constantemente se entrelaçam.

A memória, por exemplo, possibilita por meio de constructos coletivos a manutenção de valores, tradições e da própria história de um determinado grupo, configurando-se desse modo, como um modo de preservação e ressignificação de saberes e fazeres. Por mais que, no campo teórico, a mesma apresente complexidade na compreensão dos conceitos, na prática, entre povos tradicionais que partilham saberes e fazeres ao longo das gerações, a exemplo dos indígenas, a memória flui naturalmente na ação constante de rememorar, sendo algo que faz parte das suas vivências, sendo esta exercitada principalmente por meio das rodas de conversas ao longo das comunidades.

Desse modo, frente ao processo de (re)construção histórica dos povos indígenas emergentes, a memória surge como uma importante fonte por se tratar de um consistente modo de apropriação do passado de uma coletividade. Essa possibilidade decorre da influência da escola Escola dos Annales nos processos históricos, pois foi a partir desta que se propagou a necessidade do uso de fontes históricas para além da escrita, apontando para a relevância da escuta das vozes das coletividades que até então sofriam com os apagamentos intencionalmente impostos e não dispunham de protagonismo histórico. Geralmente, a historicidade desses grupos é fortalecida por artefatos como ferramentas de pedra, restos de cerâmica, entre outros, assim como pela presença de lugares de memória que ligam o presente e o passado, além de práticas cotidianas tipicamente indígenas que não se perderam ao longo do tempo.

Tanto a memória quanto a historicidade de um povo fortalecem a sua identidade, e por esta, simultaneamente são fortalecidas. Nas coletividades que reivindicam sua indianidade, a identidade indígena resistiu às duras formas de opressão impostas pela cultura hegemônica do branco, mantendo práticas ancestrais como rezas de cura, utilização de medicina caseira à base de plantas medicinais, a vivência comunitária baseada no trabalho coletivo, artesanato a partir de trançados de palha, cestarias e produção de peças de cerâmica, estreita relação com a natureza e com o sagrado, entre outros aspectos.

Pode-se conceber que como povos indígenas emergentes os grupos vêm reivindicando suas identidades enquanto coletividades historicamente silenciadas e que vêm lutando para romper as mordidas seculares impostas desde a chegada dos invasores europeus, tais como: escravização, genocídio, imposição cultural, entre outras formas de violência física e simbólica. Nesse processo, compreende-se que a memória é fonte para a manutenção e perpetuação de uma história que sobrevive secularmente por meio do eco de muitas vozes. Paralelo a isto, o *contiuun* memorístico fortalece a identidade indígena, a qual é constantemente materializada nos saberes e fazeres coletivos que nem as mais perversas formas de opressão foram capazes de exterminar.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho norteou-se pela análise do papel da memória frente ao processo de (re)construção histórica e identitária de povos indígenas emergentes, povos esses vitimados por tantas mazelas ao longo do tempo, dentre elas, o silenciamento

histórico e cultural que necessita ser rompido através do resgate histórico e identitário fidedigno à suas vozes.

Compreendeu-se que o embasamento na partilha das memórias por parte dos povos indígenas que reivindicam suas identidades, os leva a um processo de fortalecimento do resgate histórico e identitário, fator indispensável para o processo de autoafirmação de comunidades indígenas, já que se trata de um movimento que parte de busca das próprias origens até se chegar a um processo de ressignificação da própria existência.

Por fim, se faz necessário destacar que os povos indígenas devem ser atores em suas próprias ações em relação à comunidade em que vivem nesse processo de etnogênese, autorreconhecimento, autoafirmação ou autodefinição rumo a (re)construção de sua história e sua identidade, onde nesse percurso deverão contar com o inegável auxílio da memória.

## REFERÊNCIAS

BARTOLOMÉ, Miguel Alberto. **As etnogêneses: velhos atores e novos papéis no cenário cultural e político.** Maná, p.39-68, 2006.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil:** D.O. 5 de outubro de 1988. Disponível em: [www.mec.gov.br/legis/default.shtm](http://www.mec.gov.br/legis/default.shtm). Acesso em: 30 jun. 2021.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 10.088, de 5 de novembro de 2019. D. O. 05 de novembro de 2019.** Consolida atos normativos editados pelo Poder Executivo Federal que dispõem sobre a promulgação de convenções e recomendações da Organização Internacional do Trabalho - OIT ratificadas pela República Federativa do Brasil. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato20192022/2019/decreto/D10088.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20192022/2019/decreto/D10088.htm), Acesso em: 06 jul. de 2021.

CANDAU, Vera Maria. **Direitos humanos, educação e interculturalidade:** as tensões entre igualdade e diferença. Revista Brasileira de Educação v. 13 n. 37 jan./abr. 2008.

CANDAU, Joel. **Bases antropológicas e expressões mundanas na busca patrimonial:** memória, tradição e identidade; In: Revista Memória em Rede. Pelotas, v1, n1, dezembro 2009/março 2010, pp. 43 a 58.

\_\_\_\_\_. **Memória e identidade.** São Paulo: Contexto, 2012.

CUNHA, Manuela Carneiro da. **Antropologia do Brasil.** São Paulo: Brasiliense/EDUSP, 1986.

HALL, Stuart. **Quem Precisa de Identidade?** In: SILVA, Tomaz. T. Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2008.

IANNI, O. **Dialética e capitalismo**: ensaio sobre o pensamento de Marx. Petrópolis: Vozes, 1988.

MINAYO, M. C. **O desafio do conhecimento**. São Paulo/Rio de Janeiro: HUCITEC-ABRASCO, 1994.

SARMENTO, Ismatônio de Castro Sousa. **Memória Identidade e Escolarização nos Discursos e na Experiência Social Tentehara- Guajajara em Barra do Corda-MA**; In: Contraponto. Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História do Brasil da UFPI. Teresina, v. 7, n. 2, jun./dez. 2018, pp. 15 a 33.

SALVADOR, A. D. **Métodos e técnicas de pesquisa bibliográfica**. Porto Alegre: Sulina, 1986.

SOUZA, Mariana Jantsch. **A memória como matéria prima para uma identidade**: apontamentos teóricos acerca das noções de memória e identidade; In: Revista Graphos, vol. 16, n° 1, 2014.

*Recebido em: 10/08/2022*

*Aprovado em: 12/09/2022*

*Publicado em: 20/09/2022*